



**CAMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PSOL**

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO
E INFORMÁTICA**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2019
(Da Sra. Sâmia Bomfim e do Sr. Marcelo Freixo)**

Requer aprovação de Moção de Repúdio diante da ameaça de introduzir interesses privados na concessão de patentes no Brasil, por da fusão do INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial com a ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

Senhor (a) Presidente (a),

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 117, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja aprovada moção de repúdio diante da possibilidade de fusão do INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial à ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. A medida, prevista em Nota Técnica (8623/2019) do Ministério da Economia, no último dia 10 de dezembro, acaba por colocar em risco a excelência do Instituto e ameaça introduzir interesses privados na concessão de patentes no Brasil.

JUSTIFICATIVA

Funcionários do INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial fecharam a Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, no último dia 12 de dezembro para denunciar que uma Nota Técnica (8.623/2019) lançada pelo Ministério da



CAMARA DOS DEPUTADOS LIDERANÇA DO PSOL

Economia dois dias antes coloca em risco a excelência e a credibilidade do instituto, ao possibilitar a fusão do INPI à ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, introduzindo interesses privados na concessão de patentes no Brasil¹. Como se sabe, o INPI é uma autarquia federal criada em 1970 e é vinculada ao Ministério da Economia, com a missão de estimular a inovação e a competitividade a serviço do desenvolvimento tecnológico e econômico "por meio da proteção eficiente da propriedade industrial". Ele é responsável pelo registro de marcas, entre outras coisas, além de concessões de patentes e averbações de contratos de franquia e distintas modalidades de transferência de tecnologia.

Segundo a nota técnica, a intenção é transformar a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) em Agência Brasileira de Desenvolvimento e Propriedade Industrial (ABDPI), abrangendo a fusão do INPI à nova instituição. Isso seria feito por Medida Provisória e projetos de lei, com vigência a partir do início de 2020. Com isso, o instituto se torna parte do formato de Serviço Social Autônomo, como a ANPI, que presta serviços pertinentes a Propriedade Industrial e Intelectual, agrupando instituições privadas sem fins lucrativos. O que significa passar da esfera estatal para a privada e, portanto, estar sujeito aos interesses deste novo ambiente.

Laudiceia Andrade, presidente eleita da Associação dos Funcionários do INPI explica em matéria jornalística que, na prática, a medida significa que o órgão se tornará privado: *"O papel do INPI, a atividade do INPI, é de Estado. A ABDI não é uma atividade de Estado, mas sim uma atividade de privada. O seja, o INPI deixaria de ser o órgão de excelência do Estado, de entidade pública para o setor privado. Essa é a ameaça"*².

O diretor do SINDISEP, Raul Bittencourt, também avalia, na mesma matéria, que interesses privados podem prejudicar o trabalho de concessão de

¹Disponível em: https://www.capitaldigital.com.br/wp-content/uploads/2019/12/SEI_ME-4747884-Nota-T%C3%A9cnica.pdf

² Disponível em: <https://br.sputniknews.com/amp/opiniao/2019121214886632-governo-quer-entregar-inpi-as-multinacionais-diz-funcionario-em-protesto/>



**CAMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PSOL**

patentes do órgão e a vida do cidadão comum. Para termos noção do que isso significa, basta citarmos que entre os produtos que passam pelo INPI estão os remédios genéricos, que atendem principalmente a população mais necessitada e poderão ter seu preço aumentado com a medida. Bitencourt conta ainda que multinacionais pressionam o INPI frequentemente para conceder qualquer patente. Logo, se passarem a ter voz de comando, não haverá mais qualquer filtro.

Assiste razão à nota da Ajufe – Associação dos Juízes Federais do Brasil, que ressalta o fato de o INPI ser superavitário e ter funcionários de excelência, portanto não necessitando do auxílio do setor privado. Ademais, tal mudança iria contra a experiência de países desenvolvidos. A Ajufe ressalta, inclusive, que ela coloca em risco o cumprimento de acordos internacionais já existentes e é inconstitucional.

Diante disso, nos sentimos no dever de repudiar toda possibilidade de “privatização” um setor estratégico e saudável para o funcionamento do país, como o INPI. E convidamos nossos pares e assumir a mesma posição em defesa do conhecimento e da missão cidadã e republicana de nossas instituições.

Sala de Comissões, 16 de dezembro de 2019.

**DEPUTADA SAMIA BOMFIM
PSOL/SP**

**DEPUTADO MARCELO FREIXO
PSOL-RJ**



**CAMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PSOL**